

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ALINE MARIA DALABONA

**O NACIONAL-SOCIALISMO E A PERSONALIDADE ALEMÃ:
Uma aproximação entre as teorias de Wilhelm Reich e Norbert Elias**

**CURITIBA
2007**

ALINE MARIA DALABONA

**O NACIONAL-SOCIALISMO E A PERSONALIDADE ALEMÃ:
Uma aproximação entre as teorias de Wilhelm Reich e Norbert Elias**

Monografia apresentada ao curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Paraná como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Alexandro Dantas Trindade

**CURITIBA
2007**

AGRADECIMENTOS

Algumas pessoas tornaram mais fácil o trabalho de escrever esta monografia. Agradeço a minha família, em especial a minha mãe, Diva, que mesmo sem entender muito bem o sentido destes cinco anos passados na Universidade, sempre contribuiu para a minha permanência nela, dando exemplos que só uma guerreira como ela poderia dar. Aos meus amigos, Adriano, Camila, Mariana e Michele, que estiveram sempre presentes, dividindo idéias, dando apoio e ouvindo as lamentações que foram tão comuns neste período. À Simone, que me ajudou a encontrar um caminho e acreditar que ele era possível. Agradeço também ao professor Alexandro Trindade, pela boa vontade e paciência. É a vocês que dedico este trabalho.

Não sou nada.

Nunca serei nada.

Não posso querer ser nada.

À parte isso, tenho em mim todos os sonhos do mundo.

(...)

Fernando Pessoa

RESUMO

Este trabalho investiga a relação entre estrutura social e estrutura psíquica em dois autores, Wilhelm Reich e Norbert Elias, no caso específico da Alemanha, tendo como base as obras *Psicologia de massas do fascismo*, e *Os Alemães*. Para isso foi visto, primeiramente, como os autores interpretam o movimento nacional-socialista; em seguida que percurso fazem para explicar a formação da personalidade dos alemães e, por fim, como relacionam ambos os aspectos. Para estes autores, a personalidade alemã teria favorecido, ou tornado possível, a ascensão do nacional-socialismo na Alemanha. Esta personalidade é caracterizada pela identificação e submissão à autoridade, e por uma fraca consciência individual. Enquanto Reich busca a origem da personalidade alemã na família patriarcal, Elias a busca na tradição absolutista. A conclusão de ambos é a mesma, embora enfoquem aspectos diferentes: a tradição, familiar ou política, criou, na Alemanha, as condições necessárias para a aceitação da autoridade e obediência cega a ela e, por medo da responsabilidade individual, deixar a função de decidir unicamente nas mãos de um “líder”.

Palavras-chave: Norbert Elias. Wilhelm Reich. Nacional-socialismo. Fascismo. Autoritarismo. Família patriarcal. Estrutura da personalidade.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO I Algumas Considerações de Wilhelm Reich e Norbert Elias sobre o Nacional-Socialismo	10
CAPÍTULO II A Construção da Personalidade Alemã	19
CAPÍTULO III O Nazismo enquanto movimento apoiado na Estrutura da Personalidade dos Alemães	27
CONCLUSÃO	35
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	38

INTRODUÇÃO

“Eu não saberia dizer (quantos judeus entraram), eu mal olhava. Não podia olhar. Não podia. Para mim já era bastante. A gritaria e... eu estava transtornado demais [...]. Então, fui guiando atrás do furgão e vi o mais horrível espetáculo de toda a minha vida. O caminhão dirigia-se para uma vala aberta, as portas foram abertas e os cadáveres foram atirados para fora, como se ainda estivessem vivos, tão macios estavam seus membros. [...] Eu estava arrasado [...]. Eu estava farto de tudo.” (ARENDDT, 1983, pp. 102-103).

Este foi um depoimento de Adolf Eichmann, o responsável por levar, durante o regime nazista, centenas de milhares de judeus à morte, transcrito por Hannah Arendt. Este mesmo homem, tão horrorizado com os atos que ajudou a cometer, também declarou aos seus homens, no último dia da Segunda Guerra Mundial, “eu quero pular para dentro da minha cova dando risada, porque o fato de ter a morte de cinco milhões de judeus, na minha consciência, dá-me extraordinária satisfação.” (Ibid, p. 62).

Estes depoimentos revelam uma contradição comum entre vários alemães que apoiaram o nazismo, mesmo sendo este contra seus princípios. Mas no julgamento de Eichmann, a justiça estava preocupada em processar e julgar o acusado, deixando de lado questões pertinentes, como, por exemplo, as que se referem a estas contradições. Eichmann não era perverso nem um criminoso ávido por matar ou capaz de qualquer coisa em nome da ambição, pelo contrário, sempre fora um cidadão cumpridor da lei. Nunca teve problemas pessoais com judeus, tinha inclusive bom relacionamento com alguns deles, que eram próximos de sua família. No entanto, quando indagado sobre a sua consciência, disse que só teria tido má consciência se não tivesse feito o que lhe ordenavam – enviar milhões de pessoas para a morte. Apesar de ele próprio nunca ter pensado em solucionar o “problema judeu” através da violência, admitia ser capaz de enviar o próprio pai à morte, se isso lhe fosse ordenado. Sua culpa não vinha do ódio pelos judeus, que ele nunca teve, mas da sua obediência cega, vista como virtude.

Durante o seu julgamento, em Jerusalém, Eichmann pareceu à Arendt um homem incapaz de pensar. Um vazio de pensamento era justamente o que o caracterizava, o que não significa que não sabia o que estava fazendo, pelo contrário. Apenas não tinha consciência de que o que fazia ia além de um mero cumprimento de ordens. É exatamente este fato que instiga o presente trabalho. O que teria levado Eichmann a não ter consciência de seus atos? Ou a executar funções cujo resultado depois afirmou considerar terrível?

Este trabalho tem como objetivo problematizar tais questões, à luz das idéias de dois autores, Norbert Elias e Wilhelm Reich. A hipótese é que ambos tinham em comum uma leitura que estabelece relações entre estrutura social e estrutura da personalidade, e é nesta dimensão que este trabalho se concentra. Para Reich, a diferentes agrupamentos sociais e políticos correspondem diferentes níveis da estrutura do caráter humano, que pode ser traduzida como “estrutura da personalidade”. Elias expõe a questão de maneira semelhante, dizendo que para determinado regime político ter êxito é necessária a existência de estruturas de personalidade específicas.

O problema foi colocado por ambos, da mesma maneira: todo processo social depende da estrutura e comportamento dos indivíduos. O intuito deste trabalho é analisar que caminhos os dois autores percorreram para chegar a esta conclusão. Para isto serão utilizadas, predominantemente, uma obra bastante representativa de cada autor, *Psicologia de massas do fascismo*, de Reich, e *Os Alemães*, de Elias.

Os Alemães foi publicado em 1989, e reúne distintos ensaios e conferências escritos até trinta anos antes. Apesar da descontinuidade e independência dos textos, a obra apresenta uma exposição quase contínua, cronologicamente falando, do desenvolvimento social alemão. Muitos dos acontecimentos relatados foram presenciados pelo próprio autor. As considerações presentes no livro tiveram origem, segundo Elias, na tentativa de tornar compreensível, não só para ele mesmo, mas também para os que estivessem preparados para ouvir, “a maneira como ocorreu a ascensão do nacional-socialismo e, por conseqüência, também a guerra, os campos de concentração [...]” (1997, p. 15).

Já *Psicologia de massas do fascismo* foi publicado em 1933, antes do genocídio dos judeus, mas também com a preocupação de analisar a ascensão do movimento nacional-socialista. Chegou a ser proibido na Alemanha, juntamente com outras obras do autor, em 1935, por constituir “perigo para a ordem e a segurança públicas”. Como foi bem apresentado por Maria Rita Kehl,

Reich escreveu a *Psicologia de massas do fascismo* tentando responder por que a crise econômica que abateu a Alemanha entre 1929 e 1933 veio dar no nazismo, e não na revolução proletária. (...) ele estava atento à identificação dos oprimidos com seus opressores, assim como à servidão voluntária que se obtém ao oferecer às massas desenraizadas e desamparadas o abrigo imaginário de uma *identidade*, ao convocá-las a se alistar sob as palavras de ordem de um *füher* e assim identificarem-se com ele. (2004, p. 212).

Estes dois trabalhos retratam a situação do nazismo, ou do favorecimento da sua ascensão, na Alemanha. Reich faz isto aplicando seus conhecimentos clínicos da estrutura do caráter humano ao cenário político e social. Ele refuta a idéia de que o fascismo é a ideologia ou o modo de agir de uma nacionalidade ou de um grupo étnico ou político qualquer, bem como também rejeita uma explicação meramente socioeconômica deste fenômeno, relacionando-o, primordialmente, à estrutura do caráter.

As massas, para este autor, teriam desempenhado papel fundamental neste movimento, o que o faz perguntar a que situação histórica e sociológica essas estruturas de massa devem a sua origem.

Já Elias escreveu *Os Alemães* como uma espécie de “biografia” da Alemanha, tendo em mente que assim como no desenvolvimento de uma pessoa individual, as experiências passadas também influem no desenvolvimento de uma nação. Seu principal objetivo é tentar destrinçar desenvolvimentos no *habitus*¹ nacional alemão que possibilitaram a ascensão do nazismo, e apurar as conexões entre ele e o longo processo de formação do Estado alemão. É claro que alguns desdobramentos específicos a curto prazo, como a crise econômica por volta de 1930, contribuíram para essa ascensão, mas a resposta deve ser buscada, segundo Elias, na direção de um processo sociológico, em termos do desenvolvimento da Alemanha como sociedade.

O primeiro capítulo deste trabalho expõe as perspectivas dos dois autores a respeito do nazismo enquanto movimento político; como ele fez uso da propaganda e de crenças, mesmo que infundadas, para atingir um grande número de pessoas e em quê esteve apoiado. O segundo trata da formação da personalidade dos alemães, questão fundamental tanto para Elias quanto para Reich. Aí serão analisadas quais condições teriam favorecido a formação de uma personalidade que depende de autoridade, que tem facilidade para se identificar com o opressor, característica dos alemães, além de sinalizar o que seria responsável por isso. Por fim, o terceiro capítulo relaciona os dois primeiros, tentando levantar até que ponto existe realmente uma relação entre estrutura social e estrutura psíquica, para Elias e Reich, verificando se, no caso da Alemanha, uma teria propiciado a formação, ou o desenvolvimento, da outra.

¹ *Habitus* é entendido por Elias como uma “segunda natureza”, ou “saber social incorporado”.

CAPÍTULO I

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES DE WILHELM REICH E NORBERT ELIAS SOBRE O NACIONAL-SOCIALISMO

Este primeiro capítulo expõe as perspectivas de Reich e Elias acerca do movimento nacional-socialista, que se afirmou na Alemanha nos anos 30. Não se trata de analisar apenas o nazismo em si, enquanto regime político, mas também o que ele envolve, bem como suas implicações.

Ao falar sobre o fascismo, Reich recorre² ao conceito de estrutura do caráter², entendido como a maneira de pensar e agir do indivíduo. O fascismo seria, assim, a expressão da estrutura irracional do caráter do homem médio, aquele que é oprimido pela civilização autoritária, que aprendeu a encarar a vida de maneira mística e mecanicista. Os partidos fascistas são, para Reich, o produto desse caráter místico e mecanicista do homem moderno.

O fascismo como movimento político distingue-se de outros partidos reacionários pelo fato de ser sustentado e defendido por massas humanas. Por esse mesmo motivo, possui todas as características e contradições da estrutura do caráter dessas massas, sendo assim um “amálgama de sentimentos de revolta e idéias sociais reacionárias”. (REICH, 2001, p. XVIII). O fascismo é, na sua forma mais pura, o somatório de todas as reações irracionais do caráter do homem médio, e não apenas preconceito ou resultado de um interesse imperialista; é “ um conceito que designa uma forma muito particular de dirigir e influenciar as massas: regime autoritário, sistema de partido único, portanto totalitário, o poder diante dos interesses objetivos, distorção política dos fatos, etc.” (Ibid, p. 201).

Reich define a mentalidade fascista como a do personagem que ele chama de “Zé-Ninguém”, um típico homem médio, que é subjugado, sedento de autoridade e, ao mesmo tempo, revoltado. Isto faz lembrar a definição de Maria Rita Kehl para o ressentimento: “Ressentir-se significa atribuir a um outro a responsabilidade pelo que nos faz sofrer. Um outro a quem delegamos, em um momento anterior, o poder de decidir por nós, de modo a poder culpá-lo do que venha a fracassar”. (KEHL, op. cit., p.11).

O ressentido tem um sentimento inconsciente de culpa, o qual é mascarado por um processo de vitimização: o derrotado só se torna ressentido quando deixa de se ver como derrotado e passa a se ver como vítima, vítima inocente de um opressor que passa aí a ser

² “Estrutura típica de um indivíduo, sua maneira estereotipada de agir e reagir” (REICH, 2001, p. XXXV).

visto como culpado. O ressentimento seria, assim, uma cobrança indireta de um bem cedido ao outro por submissão ou covardia.

Este homem médio, ressentido, é, para Reich, gerado diariamente por instituições sociais, como a família e a Igreja, as quais Reich vai analisar mais adiante. Disso se conclui que apesar de o fascismo ser uma expressão do caráter irracional do homem, ele não é obra de uma pessoa, mas sim das instituições que a formam.

Reich diz ainda que o fascismo não é um partido político, mas uma certa concepção de vida e uma atitude perante o homem, o amor e o trabalho. (2001, p. XVII). Sendo considerado uma atitude, o fascismo não é exclusivo de um determinado grupo, classe ou país, o que significa que sua existência é possível em qualquer meio social, inclusive em círculos democráticos.

Para Reich, a compreensão do fascismo alemão deve começar pela compreensão do surgimento do movimento operário alemão; isto por que foi na teoria econômica e social de Karl Marx³ que o movimento alemão pela liberdade, anterior à ascensão de Adolf Hitler, se inspirou. De acordo com o marxismo, uma crise econômica como a que afetou a Alemanha de 1929 a 1933 tinha todos os requisitos para levar as massas por ela atingidas a uma orientação ideológica esquerdista. A crise preenchia todas as condições econômicas para a revolução social: o capital estava concentrado em poucas mãos, a economia capitalista não atingia nem a metade da capacidade de produção, a maioria da população dos países industrializados vivia em situação de miséria. Mas, ao contrário do que se esperava, não houve a revolução, e sim a sobreposição do movimento socialista revolucionário pelo fascismo.

Acredito que não cabe aqui discorrer sobre as idéias de Reich a respeito do marxismo. O que importa levantar neste momento é o que teria sido, segundo Reich, a maior falha do marxismo: não ter levado em conta o fator subjetivo da história, ou seja, o papel desempenhado pela ideologia e pelo misticismo nas massas. Num período em que, para os marxistas, o modo de produção capitalista estava pronto para explodir, o movimento dos trabalhadores fracassou, como já havia fracassado na Internacional dos Trabalhadores e no deflagrar da Primeira Guerra Mundial, além do abafamento das sublevações revolucionárias ocorridas fora da Rússia, entre 1918 e 1923. Reich reconhece que o movimento dos trabalhadores também avançou, mas não significativamente se comparado ao progresso da reação política internacional.

³ É bom frisar que Reich interpreta o marxismo a partir dos vários grupos de esquerda existentes na Alemanha.

A aplicação do marxismo se limitava à esfera dos processos objetivos da economia e das políticas governamentais, mas chamar a atenção para as necessidades materiais já não bastava. O fracasso do movimento dos trabalhadores, segundo Reich, serviu justamente para mostrar que as forças que atrasam o progresso social ainda não eram totalmente conhecidas. O erro teria consistido em considerar a ideologia como produto de uma situação econômica, e não como uma força histórica. Para o autor, foi esse fator que não permitiu, durante a crise econômica que teve início em 1929, que as massas empobrecidas desenvolvessem uma consciência de sua situação social miserável e que se indignassem contra os abusos a que eram submetidas.

A tese marxista era de que o “material” se transforma no “ideológico” (consciência). Reich retira dessa tese duas questões: a primeira é como isso acontece, a segunda refere-se aos efeitos dessa “consciência” adquirida. A sua proposta para preencher a lacuna deixada por estas questões é a psicologia política, a qual seria um estudo do fator subjetivo da história, ou seja, da estrutura do caráter do homem em determinada época e da estrutura ideológica da sociedade que ela forma.

O que Reich entende por ideologia não remete à idéia difundida de falsa consciência ou ocultação da realidade. Refere-se, antes, a um sistema de crenças, bastante fortalecido pela tradição, que pode inclusive estar em completa oposição à situação econômica. Isto significa que a situação econômica não se traduz, automaticamente, em consciência política, comprovando-se assim o fato de não ter havido, como era de se esperar a partir do marxismo, uma revolução social decorrente da crise de 1929.

Seguindo o argumento de Reich é preciso, para se estudar uma determinada época, investigar a estrutura ideológica da sociedade que ela forma. É a partir desta ideologia social que o indivíduo adquire uma determinada “consciência”, a qual Reich chama de estrutura psíquica que, por sua vez, é determinada pelas condições da existência.

Os seres humanos estão duplamente sujeitos às condições da sua existência: de um modo direto, pelos efeitos imediatos da sua situação socioeconômica, e, indiretamente, pela estrutura ideológica da sociedade; deste modo, desenvolvem sempre, na sua estrutura psíquica, uma contradição que corresponde à contradição entre a influência exercida pela sua situação material e a influência exercida pela estrutura ideológica da sociedade. (Ibid, p. 17).

A ideologia de cada agrupamento social tem a função de refletir o processo econômico dessa sociedade, mas também de inserir esse processo econômico nas estruturas psíquicas dos indivíduos que dela fazem parte. É justamente esta capacidade de alterar a

estrutura psíquica do homem que dá à ideologia o poder de “força ativa”, fazendo com que o homem aja de determinada maneira. Segundo Reich

[...] a ideologia social, na medida em que altera a estrutura psíquica do homem, não só se reproduz nele mas também – o que é mais importante – se transforma numa força ativa, num poder material, no homem que por sua vez se transformou concretamente e, em consequência, age de modo diferente e contraditório. (Ibid, p. 17).

Com isso, “o que acontece é que cada ordem social cria nas massas que a compõem as estruturas de que ela necessita para atingir seus objetivos fundamentais”. (Ibid, pp. 21-22).

O movimento fascista parecia ter conhecimento dessa importância da ideologia. A propaganda nacional-socialista foi baseada na “ideologia do führer”, ou seja, foi com suas idéias que Hitler conseguiu inflamar as massas. Os discursos nos comícios nacional-socialistas eram hábeis em manejar as emoções dos indivíduos e em evitar qualquer tipo de argumentação. Às massas deveria ser apontado apenas o “grande objetivo final”. O que Reich tenta investigar é justamente o que fez com que as massas se deixassem iludir de tal maneira, uma vez que elas tinham a possibilidade de avaliar a propaganda de outros partidos; o que tornou, afinal, a propaganda do nacional-socialismo mais atraente. A resposta encontra-se no fato de que um führer, ou o representante de uma idéia, só alcança êxito quando a sua visão individual, a sua ideologia, corresponde aos anseios presentes na estrutura média de uma ampla camada de indivíduos, ou seja, quando a estrutura de personalidade do führer corresponde às estruturas de amplos grupos. Hitler sabia falar a todos os grupos, fazendo promessas, mesmo que contraditórias, a todos eles.

Reich define como uma das características básicas das estruturas da classe média a revolta contra a autoridade, acompanhada de respeito e submissão a ela. Estes eram exatamente os sentimentos despertados por Hitler e pelo nazismo como um todo. Sendo assim, a importância de Hitler não resultou de sua personalidade, nem tampouco da sua ideologia, mas da importância que as massas lhe conferiam.

Tentando traçar um histórico, ou o caminho percorrido pelo movimento nacional socialista, Reich aponta que na sua primeira vitória, foi em camadas das chamadas classes médias⁴ que o movimento esteve apoiado. A classe média é que teria tornado possível a transformação do movimento fascista num movimento de massas, permitindo assim que este subisse ao poder. Isto se deveria ao fato de a classe média ter, em virtude da estrutura do seu

⁴ Estas classes compreendiam os funcionários públicos e privados, comerciantes de classe média e agricultores de classe média e baixa.

caráter, uma força social particular: ela teria retido e conservado, segundo Reich, vários milênios de regime patriarcal; apesar das diferenças econômicas entre as especializações compreendidas por esta classe a situação familiar de todas elas seria idêntica. Outra característica da classe média que também será tratada com mais detalhes posteriormente é a sua identificação com a autoridade, seja ela representada pelo poder estatal, pela nação ou pela empresa em que se trabalha. Para Reich esta identificação constitui um dos melhores exemplos de uma ideologia que se transformou em força material.

Apenas antecipando um pouco a questão relacionada à estrutura familiar, Reich considera que é nela que está a chave para o fundamento emocional da estrutura do caráter que tornou possível a ascensão do fascismo. A família autoritária representaria, assim, a principal fonte reprodutora do pensamento reacionário. Isto ajuda a entender o fato de a “proteção à família” ser um princípio básico de toda a política cultural reacionária. Segundo as palavras de Hitler, a família “é a menor e mais valiosa unidade na construção de todo o Estado”⁵, sendo considerada a base do “Estado, da cultura e da civilização” e uma das mais importantes instituições que lhe servem de apoio.

Outra questão importante vista por Reich na ideologia fascista alemã foi a teoria racial. O nacional-socialismo começou a aplicar às pessoas a idéia de que da mistura do sangue ariano com povos “inferiores” resultava sempre o declínio dos primeiros, que eram os fundadores da cultura e da civilização. A preservação da raça ariana levaria, então, à formação de uma “raça de senhores”, crença esta que teve importante contribuição para a propagação do racismo. Também aí o misticismo teve grande importância. Esta noção de mistura de raças esconde uma outra, a de mistura de membros da classe dominante com membros das classes dominadas. Neste ponto estaria o papel fundamental desempenhado pela repressão sexual: evitar o contato entre os diferentes. Mas vamos tentar nos ater aos aspectos sociais e políticos desta obra de Reich, deixando de lado as questões relacionadas ao que ele chama de economia sexual.

Se para Reich o nazismo é um problema fundamentalmente de caráter, a tese de Norbert Elias a respeito do nazismo é a de que a ascensão de Hitler e os genocídios nazistas ocorreram em consequência de decisões tomadas num contexto de crise nacional por grupos dominantes, que por sua vez tinham amplo apoio popular, principalmente da classe média. Ainda segundo o autor, estas pessoas agiam em função de aspectos que estavam sedimentados no seu *habitus*, personalidade, estrutura social e comportamento.

⁵HITLER, *Mein Kampf*, apud REICH, 2001, p. 58.

Na sua análise, Elias se concentra mais na questão do genocídio, com a justificativa de que este foi o evento que infligiu o maior choque à imagem que a população européia tinha de si mesma. Em uma sociedade que sempre se julgou “civilizada” o nazismo, juntamente com a prática do genocídio, representou, segundo as palavras do autor, o “colapso da civilização”.

Para o autor “o regime nazista representou uma arma particularmente maligna de mitologia social e manipulação mágica da sociedade”. (ELIAS, 1997, p. 344). Este foi, segundo Elias, um movimento totalmente apoiado em um sistema de crenças que tinha uma capacidade especial para afetar justamente os alemães. Para ele

um dos maiores talentos de Hitler – e um dos principais fatores de seu sucesso – era o seu entendimento intuitivo, emocional, das necessidades que um líder dos alemães e sua equipe tinham de satisfazer numa situação crítica. Suas próprias necessidades emocionais correspondiam às dos seus seguidores. Reagia, sem muita reflexão, aos sinais emocionais deles, verbais ou não verbais, com os sinais emocionais que pediam e esperavam de um líder para continuarem acreditando que ele seria capaz de salvá-los de uma situação aparentemente irreversível de perigo e desespero. (Ibid, p. 343).

Elias defende que as crenças sociais e políticas, que Reich chamaria de estrutura ideológica, são elementos significativos para a compreensão do nazismo, não devendo ser tratadas como secundárias. A mais importante dessas crenças, e que acabou, de certa maneira, legitimando o genocídio, foi a da “pureza racial”. Não existia uma razão que pudesse ser considerada “realista” ou “racional” para o assassinato de milhões de pessoas, o regime não teria com ele nenhum benefício ou vantagem que justificasse os custos nele envolvidos. O genocídio esteve unicamente, segundo Elias, a serviço do que foi designado como uma teoria ou um credo e ideal político. Esteve, assim, a serviço de uma utopia, do “sonho de um grande império na Europa, sob o domínio dos alemães ou povos de descendência germânica”. (Ibid, p. 257). A “Solução Final do problema judaico” era apenas o cumprimento de uma crença que tinha sido central para o movimento nacional-socialista, desde o começo.

O império formado por uma “raça de senhores” tornou-se um sonho-meta, um atrativo para o amor próprio nacional, que há muito estava abalado. Isto ajuda a compreender o modo como o povo alemão foi condicionado à estrutura do regime hitlerista; o nacional-socialismo prometia aos seus seguidores recompensas. Uma delas era a de mandar em todos os outros povos, uma vez que passariam a ser membros de uma nova elite européia.

Tentando buscar as raízes históricas que permitiram tanto a ascensão do nazismo quanto a produção de suas crenças, Elias mostra que a história da Alemanha é repleta de conflitos, lutas, desavenças e, principalmente, derrotas. Muitas dessas lutas, aliás, eram de eliminação de grupos, os quais, após a derrota, eram relegados ao plano de unidades sociais de categoria inferior. No século XVII a Alemanha foi devastada pela Guerra dos Trinta Anos, em 1866 a guerra entre a Prússia e a Áustria levou à exclusão desta última da Confederação Alemã, com o fim da Primeira Guerra Mundial, em 1918, a Alemanha sofreu mais perdas territoriais. A história da Alemanha é caracterizada por inúmeras fragmentações.

Os alemães não tinham, desse modo, regras internalizadas para lutar e chegar a soluções, receavam que seus conflitos fugissem do controle. Esse fator teve grande contribuição para a construção da auto-imagem dos alemães; sua auto-estima bem como seu orgulho nacional estavam enfraquecidos e frágeis. A falta de confiança na sua capacidade para resolver conflitos, juntamente com os modelos de violência socialmente sancionados que as constantes lutas produziram, trazia à tona o anseio de controle externo por um soberano forte.

Em contrapartida, o sentimento de dever nacional era bastante forte. Em tempos de emergência nacional uma obediência absoluta era aceita indiscutivelmente. Em uma época de crise nacional os alemães eram compelidos a seguirem líderes e satisfazer às exigências que lhes eram feitas em nome da Alemanha. Isso era, na maioria das vezes, decorrente do orgulho nacional, que para Elias é um ponto sensível na estrutura da personalidade de um povo, principalmente entre os alemães. O que o autor chama de *ethos* nacionalista compreende justamente os sentimentos de solidariedade e obrigação em relação a uma coletividade soberana que está organizada em forma de Estado ⁶. Um denominador comum de todos os sistemas de crenças nacionalistas é a convicção do valor superior do próprio país sobre todos os outros, ou ao menos sobre a maior parte deles.

A Alemanha esteve submetida a um regime absolutista até 1918. Modelos do Estado autoritário estavam presentes em todos os âmbitos da vida dos alemães, na família, na polícia, nos serviços civis. Com isso os alemães estavam, segundo Elias, perfeitamente acostumados e adaptados à formas autocráticas de governo. O autor diz ainda que, na Alemanha

⁶ O conceito de nacionalismo utilizado por Elias refere-se a um “sistema de crenças sociais que, de uma forma latente ou aguda, eleva a sociedade-Estado, a coletividade soberana a que seus membros pertencem, à posição de um valor supremo a que todos os outros valores podem e, por vezes, devem estar subordinados”. (ELIAS, 1997, p. 145).

a ancoragem de uma forma autocrática de governo no *habitus* de cada indivíduo continuou criando o forte desejo de uma estrutura social que correspondesse a essa estrutura de personalidade: ou seja, uma hierarquia estável de dominação e subordinação, expressa de maneira bem significativa nos rituais estritamente formalizados de distância social. Para as pessoas com tal estrutura de personalidade, a formalização social de distinções entre aqueles cujo dever era mandar e aqueles cujo dever era obedecer proporcionou claras orientações para a condução de relações sociais e tornou mais fácil enfrentar os problemas que elas suscitavam. (Ibid, p. 73).

Esta passagem evidencia um ponto de convergência entre Elias e Reich, no que diz respeito à relação entre estrutura social e estrutura da personalidade. Para ambos as duas estruturas estão constantemente interagindo e exercendo influência mútua uma sobre a outra. Os dois acreditam que para um regime funcionar, uma condição preliminar é a existência de estruturas de personalidade específicas, que só se formam gradualmente, em conexão com a própria prática do regime. Isto será mais discutido nos próximos capítulos.

O que Elias tenta mostrar com isso é que para compreender o nazismo não basta olhar para apenas uma direção. A crise econômica e social que atingiu a Alemanha a partir de 1929 foi muito importante, mas não se pode deixar de lado todo o desenvolvimento histórico do país, pois “assim como no desenvolvimento de uma pessoa individual, as experiências de períodos anteriores de sua vida continuam tendo um efeito no presente, também as experiências passadas influem no desenvolvimento de uma nação.” (Ibid, p. 165).

O sentimento que predominava, após tantas derrotas, desde a Guerra dos Trinta Anos⁷ até a Primeira Guerra Mundial, era de que o império alemão era um Estado fraco, condição humilhante para os alemães. Com o aparecimento de Hitler, num momento em que o sonho tradicional de restaurar o império alemão estava sendo ameaçado, este sentimento de fraqueza e inferioridade de poder se converteu no seu oposto, num sentimento enfatizado de grandeza e poderio nacionais. Hitler conquistou a confiança do povo alemão prometendo tudo o que ele mais queria, renovar a grandeza da Alemanha.

O movimento [nacional-socialista] começou como uma seita. Seu líder acreditou, desde o começo, em sua missão messiânica, em sua missão de salvador da Alemanha. Muitos de seus membros também acreditavam nisso. E, transportados milagrosamente para o topo, no auge de uma prolongada crise, tornou-se absoluta e inabalável a certeza de que suas crenças eram verdadeiras, seus métodos justificados e o êxito de sua missão predestinado. (Ibid, p. 282).

⁷ Especialistas calculam que nesta guerra, ocorrida no século XVII, a Alemanha perdeu um terço de sua população.

Vê-se com esta breve exposição que pelo menos no que concerne ao regime nacional-socialista as idéias de Elias e Reich são bastante convergentes. Ambos atribuem especial importância à influência que as crenças sociais podem exercer sobre os indivíduos e consideram relevante a relação entre a situação atual de um povo e a sua tradição. Vamos agora investigar como os dois trataram da questão da construção da personalidade dos alemães.

CAPÍTULO II

A CONSTRUÇÃO DA PERSONALIDADE ALEMÃ

Este capítulo pretende resgatar as formas como Reich e Elias trabalharam a construção da personalidade dos alemães. Cada autor considera um fator como sendo o mais importante a exercer influência na formação desta personalidade, percorrem caminhos diferentes mas a intenção é descobrir se chegam a lugares semelhantes e quais são os fatores enfatizados por cada um deles.

A pergunta que guia Wilhelm Reich em *Psicologia de Massas do Fascismo* é: o que fez com que as massas alemãs se mostrassem receptivas ao movimento nacional-socialista? Para ele é como se essas massas estivessem com a sua consciência social inibida. O que está na raiz do desenvolvimento dessa inibição é a “tradição”, por isso é ela que Reich se propõe a analisar, juntamente com os elementos psíquicos que ela molda.

A busca da resposta a esta pergunta deveria, em primeiro lugar, levar em consideração o que se passava nas massas que as fizeram apoiar sua própria opressão. Segundo Reich isto representa uma contradição que só pode ser explicada do ponto de vista de uma psicologia de massas⁸, e não de um ponto de vista político ou econômico.

Já foi falado no capítulo anterior que o nacional-socialismo apoiou-se em largas camadas das classes médias. Uma das características dos funcionários públicos e privados da classe média, segundo Reich, é o fato de serem extremamente dependentes da autoridade governamental. A consciência social (de classe) do funcionário público caracterizava-se, portanto, pela sua atitude em relação ao governo e à “nação”, consistia numa total identificação com o poder estatal⁹. No caso do funcionário de uma empresa a identificação é com esta empresa em que se trabalha. Como também foi comentado no capítulo anterior,

essa identificação com a autoridade, com a empresa, com o Estado ou com a nação – que se traduz na expressão: “Eu sou o Estado, a autoridade, a empresa, a nação” – revela uma realidade psíquica e constitui um dos melhores exemplos de uma ideologia que se transformou em força material. O empregado ou o funcionário público começa por desejar assemelhar-se ao seu superior, até que, gradualmente, a constante dependência material acaba

⁸ Reich define a psicologia de massas como a “especialização no estudo dos processos psíquicos típicos e comuns a uma categoria, classe, grupo profissional, etc., excluindo diferenças individuais...”. (REICH. 2001, p. 16)

⁹ Reich esclarece que “por identificação a psicanálise entende o processo pelo qual uma pessoa começa a formar uma unidade com outra, adotando as características e as atitudes daquela, colocando-se, em sua fantasia, no lugar da outra pessoa. Esse processo provoca, de fato, uma mudança nessa pessoa que se identifica, pois ela ‘internaliza’ características do seu modelo”. (Ibid, p. 44)

transformando toda a sua pessoa, de acordo com a classe dominante. Sempre disposto a se adaptar à autoridade, o indivíduo da classe média baixa acaba criando uma *clivagem entre a sua situação econômica e a sua ideologia*. (REICH, 2001, p. 45).

Aqui fica mais clara a importância que Reich atribui à ideologia. É como se as ideologias características de cada grupo social (que poderiam ser chamadas de consciência de classe), mais cedo ou mais tarde, acabassem sendo submetidas à ideologia dominante, mesmo que esta não correspondesse à situação econômica particular dos grupos subalternos. A ideologia serviria, assim, como instrumento de manutenção e reprodução dos interesses da classe dominante.

Para Reich, os fatores econômicos afetam a identificação do indivíduo com a autoridade, mas são os fatores emocionais que a fundamentam e consolidam. Já foi comentado também que todos os grupos da classe média caracterizam-se por uma situação familiar idêntica, seria justamente nesta situação que estaria a chave para o fundamento emocional dessa estrutura de identificação. Resta saber que situação era essa e que tipo de influência ela pode ter exercido sobre os indivíduos que estavam a ela submetidos.

A família de classe média, segundo as palavras de Reich, “constitui – exceto no caso dos funcionários públicos – uma empresa econômica em pequena escala”. (Ibid, p. 46). O que exige uma estreita ligação familiar entre todos os membros da família. Nesta família patriarcal, a posição autoritária do pai revela a relação da família com o Estado autoritário. Na classe média baixa a posição política e econômica do pai reflete-se nas relações patriarcais com o restante dos membros da família, além disso, “o Estado autoritário tem o pai como seu representante em cada família, o que faz da família um poderoso instrumento de poder”. (Ibid, p. 50)

O pai reproduz nos filhos a sua atitude de submissão para com a autoridade e, os filhos criam, além disso, uma forte identificação com o pai, que acaba por formar a base da identificação emocional com todo tipo de autoridade. O resultado deste tipo de relação seria, para Reich, a atitude passiva e obediente do indivíduo da classe média frente à figura do führer. Não se trataria, desse modo, de uma disposição inerente do indivíduo para a submissão, mas da reprodução do sistema social autoritário na estrutura de caráter dos seus membros.

Segundo Reich, a mãe também desempenha uma função na família patriarcal autoritária, dela advindo a base dos vínculos familiares, uma vez que dentro da família patriarcal, ela é a figura que sedimenta os laços afetivos. “As concepções de *pátria* e de

nação são, no seu *fundo emocional subjetivo, concepções de mãe e de família*. Nas classes médias, a mãe é a pátria da criança, tal como a família é a sua ‘nação em miniatura’”. (Ibid, p. 54, grifo do autor).

O sentimento nacionalista seria, assim, o prolongamento direto da ligação familiar. Reich diz ainda que esta ligação com a mãe passa a ser um produto social, na medida em que se transforma em ligação familiar e nacionalista. Para o nacional-socialista Goebbels,

A idéia do Dia das Mães presta-se a honrar o que a idéia alemã simboliza: a Mãe alemã! Em parte nenhuma a esposa e a mãe têm a importância que lhe é atribuída na nova Alemanha. Ela é guardiã da vida familiar, da qual brotam as forças que reconduzirão o nosso povo para à supremacia.¹⁰

Mas, para Reich, a ligação da ideologia familiar com a ideologia nacionalista vai além. Uma vez que a família de classe média vive sob constante pressão de preocupações materiais a sua tendência é buscar uma expansão econômica, o que também acabaria por reproduzir a ideologia imperialista. “É necessariamente isto que torna o indivíduo da classe média baixa tão receptivo à ideologia imperialista. Ele consegue identificar-se inteiramente com o conceito personificado de nação. É assim que o imperialismo familiar é ideologicamente reproduzido no imperialismo nacional.” (Ibid, p.56).

Estes exemplos ajudam a compreender o fato de a família ser uma das mais importantes instituições que servem de apoio ao Estado autoritário, sendo por ele tão defendida. Mas o misticismo em geral, segundo Reich, também exerce importância fundamental na disseminação e manutenção da ideologia fascista, através dos efeitos psicológicos que produz.

A *trindade* da religião cristã, por exemplo, refletiria diretamente o triângulo constituído pelo pai, pela mãe e pelo filho. A religião teria, desse modo, seus conteúdos psíquicos originados nas relações familiares, e a igreja seria a instituição responsável por inculcar nos indivíduos a concepção de Deus, a ideologia do pecado e ideologia do castigo; idéias que seriam produzidas na sociedade e reproduzidas na família.

O que a religião cristã prega é que a felicidade terrena não é possível, fazendo com que o indivíduo espere receber a recompensa divina que lhe cabe apenas no Além, sucumbindo, assim, a todos os infortúnios que possam lhe aparecer na vida. “Na verdade, o homem religioso encontra-se num estado de total desamparo. [...] Quanto mais desamparado

¹⁰ GOEBBELS, *Angriff*, apud REICH, 2001, p. 54.

ele se torna, mais é forçado a acreditar em forças sobrenaturais que o apóiam e o protegem.” (Ibid, p. 139).

Por trás de todas estas considerações existe uma questão que ocupa lugar de extrema importância no trabalho de Reich: a repressão sexual. A função da família seria, em primeiro lugar, proporcionar a combinação da estrutura socioeconômica com a estrutura sexual da sociedade nos primeiros anos de vida da criança, mais tarde essa função passaria a ser desempenhada pela Igreja.

A família seria, para Reich, a instituição social em que convergiriam os interesses econômicos e sociais do sistema autoritário. Explicando como esta convergência se processa e como ela opera, Reich diz que

A inibição moral da sexualidade natural na infância, [...] torna a criança medrosa, tímida, submissa, obediente, “boa” e “dócil”, no sentido autoritário das palavras. Ela tem um efeito de paralisação sobre as forças de rebelião do homem, porque qualquer impulso vital é associado ao medo; e como sexo é um assunto proibido, há uma paralisação geral do pensamento e do espírito crítico. Em resumo, o objetivo da moralidade é a criação do indivíduo submisso que se adapta à ordem autoritária, apesar do sofrimento e da humilhação. Assim, a família é o Estado autoritário em miniatura, ao qual a criança deve aprender a se adaptar, como uma preparação para o ajustamento geral que será exigido dela mais tarde. *A estrutura autoritária do homem é basicamente produzida – é necessário ter isto presente – através da fixação das inibições e dos medos sexuais na substância viva dos impulsos sexuais.* (Ibid, p. 28, grifo do autor).

Na questão da inculcação de medos as três instituições que desempenham papel fundamental na formação dos indivíduos, família, escola e Igreja, operam de maneira semelhante, através da lógica do castigo. O medo da punição é, portanto, fator presente na vida de grande parte dos membros de uma sociedade.

Se para Reich a tradição da família patriarcal autoritária está na raiz da estrutura da personalidade das massas alemãs, Elias enfoca outros fatores, principalmente a tradição política. Falando da teoria da personalidade autoritária, trabalhada por Adorno¹¹ e que muito se assemelha a de Reich, cujo pressuposto é de que as pessoas, em resultado de uma estrutura

¹¹ A relação entre estrutura social e estrutura psíquica era preocupação presente também na Escola de Frankfurt. Formada por neomarxistas alemães, esta Escola dava bastante centralidade às questões subjetivas preocupavam-se com a produção de tendências totalitárias no pensamento ocidental.

familiar específica desenvolvem a síndrome da estrutura de caráter que lhe corresponde, Elias diz que

essa explicação não é necessariamente descartada mas tampouco é adequada. A estrutura familiar autoritária está, ela própria, estreitamente ligada à estrutura autoritária do Estado. Para se reconhecer isso, é necessário olhar a organização do Estado como uma organização em processo de desenvolvimento, de devir, como um aspecto de um processo a longo prazo. (ELIAS, 1997, p. 259).

Para Reich, na base da formação da personalidade estão o conflito entre pulsão e frustração, ou seja, entre desejo e repressão, e a forma como esse conflito é resolvido. Mas estes conflitos ocorrem já na infância, sendo, portanto, a família a principal responsável na sua resolução, que se dá, segundo o autor, sempre através de uma repressão ainda maior, capaz de “domesticar” as crianças a partir do medo da punição. Reich reconhece que os pais são apenas executores inconscientes de um poder social, uma vez que são interesses sociais que provocam determinados tipos de repressão em determinadas épocas, mas não retira o papel central que atribui à família na formação da personalidade. Da mesma maneira Elias reconhece a importância da família nesse processo de formação da personalidade, no entanto, apenas enquanto elemento já totalmente submetido ao Estado autoritário.

Olhando, portanto, para o desenvolvimento do Estado alemão, o que se vê, como já foi comentado, é uma história repleta de conflitos e lutas, que sempre tiveram como resultado a fragmentação. Segundo Elias, este desenvolvimento descontínuo e pouco uniforme não teria permitido aos alemães criarem regras internalizadas para resolverem e lidarem com conflitos. Um processo tão repleto de lutas e desavenças também acabou por criar nos alemães um forte “espírito guerreiro”. Valores militares estão nas raízes da tradição alemã de comportamento e sentimento; estes valores, por sua vez, teriam produzido nos alemães um certo desdém por formas não-violentas de ação política.

Os territórios povoados pelos alemães tinham algumas peculiaridades. A primeira é que eles eram difíceis de defender, o risco de ataque ou invasão era, portanto, constante. Além disso, o primeiro império governado por Kaisers alemães era muito vasto, o que contribuiu para o desenvolvimento mais tardio de uma nação-Estado unificada. Esta grande extensão do território alemão foi também responsável pela propagação de subdivisões do Primeiro Império alemão. Os alemães estavam, assim, permanentemente desunidos, lutando uns contra os outros, enquanto muitos dos Estados vizinhos já estavam caminhando rumo à unificação e à centralização. Segundo Elias, aí está a raiz do forte desejo de unidade dos

alemães, que repetidas vezes se evidenciou em momentos de crise. Esta unificação veio em 1871, bem mais tarde que a maioria das outras nações européias.

Os Estados alemães tiveram um regime absolutista ininterrupto durante séculos, até 1918. A estrutura da personalidade dos alemães estava perfeitamente adaptada e afinada a esta tradição; os modelos do Estado autoritário sempre desempenharam um papel central em suas vidas. Esta tradição absolutista fez com que se desenvolvesse nos alemães uma espécie de aversão ao regime parlamentar. Um regime absolutista era, para os alemães, uma forma de governo muito mais simples e descomplicada, uma vez que todas as decisões políticas importantes eram tomadas pelo “homem forte no comando”; neste regime era suficiente que cada um se preocupasse em cuidar apenas de sua vida privada.

Uma estrutura da personalidade adaptada a um regime monárquico-absolutista ou ditatorial admite grande margem para a presteza da pessoa individual em aceitar ordens, para consentir em ser guiada por coações externas. Ao cidadão é poupado, portanto, o pesado fardo de ter de participar em debates com pessoas de diferentes opiniões. O governado não precisa decidir a favor de um ou do outro lado. A ordem vem de cima; a decisão foi tomada. Sob um regime desse tipo, a pessoa individual ainda permanece num status semelhante ao de uma criança em relação ao Estado. As ordens dos pais nem sempre são confortáveis, e o mesmo é também verdadeiro a respeito das ordens de príncipes aristocráticos e de ditadores. Mas, afinal, a pessoa confia neles. (Ibid, pp. 261-262)

Isto nos faz lembrar mais uma vez das palavras de Maria Rita Kehl, falando das pessoas ressentidas. Para ela “o ressentimento também expressa a recusa do sujeito em sair da dependência: ele prefere ser ‘protegido’ – ainda que prejudicado – a ser livre, mas desamparado”. (op. cit., p. 14). Diz ainda que

[...] sua face mais nefasta [a do ressentimento] é a que promove a adesão dos indivíduos a sistemas totalitários, na esperança de que a adesão e a participação nas tarefas exigidas pela máquina do poder os fortaleça e lhes garanta a segurança de um sentimento de identidade pelo pertencimento a um sistema forte. O totalitarismo promove nos homens do ressentimento uma forte paixão pela servidão, a mesma que faz, em menor grau, que um empregado se orgulhe de obedecer às ordens de um patrão importante. Servir voluntariamente ao totalitarismo é uma forma de participar do poder [...] sem ter de se responsabilizar por suas conseqüências.” (Ibid, p. 223).

É desta tradição absolutista internalizada, que produziu crenças e atitudes afinadas com um forte governo de cima para baixo, que viria a aversão ao regime parlamentar, pois este legitima o conflito entre pessoas ou grupos de pessoas. Isto exige das pessoas que participem de debates, que assumam certas regras. As incessantes tensões entre diferentes partidos, além disso, lembrariam as lutas e desavenças entre os próprios alemães, que eram

constantes num passado recente. Era como se os vários partidos fossem descendentes em linha direta da divisão do Reich em várias unidades-Estado rivais.

A submissão a uma autoridade, para Elias, além de dar a sensação de “proteção” e segurança, trazia uma recompensa na satisfação de que uma pessoa não precisava preocupar-se com assuntos do Estado, a responsabilidade não precisava ficar nas mãos dela. Isto estava presente até em clássicos versos alemães, um deles, citado pelo autor diz

Agradeço a Deus a cada nova manhã,
por não precisar cuidar do Império Romano.¹²

Ter uma autoridade a quem obedecer era ter alívio. Por isso, para Elias

a transição para um regime não-autoritário requer aprendizagem de novas técnicas e aptidões sociais, que fazem maiores exigências à independência e ao autodomínio das pessoas, e capacidade para formular opiniões e juízos próprios. Por via de regra, os povos só gradualmente emergem de uma longa era de autocracia em que hábitos afins ganharam raízes, e é muito comum a inclinação, na fase de transição, para reverter a uma fase de autocracia diante de qualquer crise mais séria. (ELIAS, 1997, p. 303).

Desacostumados que eram em tomar decisões e sentirem-se responsáveis por elas, os alemães acabaram desenvolvendo, em virtude de suas tradições, uma consciência individual bastante fraca. Isto está de acordo com análise que Karl Mannheim faz do pensamento moderno. Para ele o desenvolvimento alemão caracteriza-se também por uma forte repressão dos grupos dominantes sobre os grupos subalternos, evitando desse modo revoluções. Esta barreira contra revoluções estaria, por sua vez, relacionada com o fato de que a “facção militar constituía o núcleo do corpo social alemão”. (MANNHEIM, 1986, p. 85). O liberalismo nunca exerceu influência considerável na Alemanha, a ponto de ascender sobre o conservadorismo, este, aliás, se desenvolveu independentemente do liberalismo. Mannheim lembra ainda que a ausência de lutas faccionais, recorrentes em um regime parlamentar, contribuiu para que o conservadorismo mantivesse sua pureza e consistência, permanecendo intacto por um longo período de tempo. Entendendo o conservadorismo como uma das diversas maneiras de enxergar o mundo, desenvolvida por grupos e classes numa situação histórica e social particular, fica mais fácil relacioná-lo com esta fraca consciência dos alemães, pois o conservadorismo político está em oposição à “subjetividade” do indivíduo.

¹² Ich danke Gott an jedem neuen Morgen,
dass ich nicht brauch' fürs Römisch Reich zu sorgen. (ELIAS, 1997, p. 303)

A consciência de um indivíduo era, segundo Elias, dependente de alguém de fora, que observasse e reforçasse a disciplina que os indivíduos eram incapazes de impor-se a si mesmos sem ajuda. Essa ajuda que era sentida como necessária deveria vir de um Estado forte, ela por ele que as pessoas mais ansiavam.

Sobretudo em tempos de emergência nacional e guerra, muitos alemães desfaziavam-se alegremente do fardo de terem que controlar-se e arcar com a responsabilidade por suas próprias vidas. Em tais situações, as autoridades do Estado e, em especial, a figura simbólica à testa do Estado, tomavam o lugar, no todo ou em parte, da consciência individual, assim reforçando ainda mais uma atitude de submissão e temor reverente em relação ao chefe do Estado. As pessoas contentavam-se em deixar às autoridades do Estado a decisão sobre o que fazer e o que não fazer, sobre o que era certo e o que era errado. (ELIAS, 1997, p. 339).

A conclusão de Elias, a respeito da formação da personalidade dos alemães, é que estas estruturas de personalidade estavam aparelhadas para ser governadas desde cima. Como a consciência individual do alemão não era suficientemente forte e independente para agir por iniciativa própria, a regulamentação do comportamento individual era altamente dependente da regulamentação pelo Estado. Esta fraca consciência individual é que teria criado nos alemães uma disposição para submeterem-se às exigências de um chefe de Estado. A conclusão de Reich é bastante semelhante, com a diferença de que, para ele, esta disposição seria criada desde muito cedo, pela família patriarcal autoritária, que era também responsável pela sua manutenção e reprodução.

Se esta disposição estava realmente posta e bastante desenvolvida, resta saber qual foi a sua eficácia. De que maneira ela contribuiu ou não para a ascensão do movimento nacional-socialista é o que será discutido no próximo capítulo.

CAPÍTULO III

O NAZISMO ENQUANTO MOVIMENTO APOIADO NA ESTRUTURA DA PERSONALIDADE DOS ALEMÃES

Foram vistas até aqui as maneiras como Elias e Reich trataram da questão do nazismo e da formação da personalidade dos alemães. Resta agora testar o que é a hipótese central deste trabalho: a existência da relação entre estes dois fatos.

A conclusão obtida dos dois autores foi a de que a personalidade dos alemães é caracterizada por uma forte inclinação à submissão, sendo a autoridade inclusive uma necessidade. Viu-se também em ambos os autores que um líder só obtém êxito quando sua personalidade corresponde àquilo que as massas governadas esperam ou acreditam. Segundo o argumento de Reich, os nacional-socialistas pareciam ter consciência disso, uma vez que seus discursos, nos comícios, caracterizavam-se em manejar as emoções dos indivíduos. A estrutura humana autoritária, com temor a liberdade, é que teria tornado possível o êxito da propaganda nacional-socialista.

O rápido desenvolvimento da economia capitalista, no século XIX, e a rápida e contínua mecanização da produção causavam o empobrecimento cada vez maior da classe média. Em 1932, antes das eleições para a presidência da Alemanha, o discurso nacional-socialista dizia:

A classe média nada tem a esperar deste sistema [capitalista], a não ser a aniquilação. Esta é a questão: ou todos nos afundamos na grande tristeza cinzenta do proletarianismo onde todos teremos o mesmo – isto é, nada – ou então a energia e a aplicação poderão colocar o indivíduo na situação de adquirir propriedade por meio do trabalho árduo. Classe média ou proletariado! Esta é a questão. (REICH, 2001, p. 43).

Esta passagem ajuda a compreender o fato de a classe média constituir a principal fonte de apoio do nacional-socialismo. Seus interesses foram muito bem explorados pelos nazistas. Já os agricultores da classe média, com seus modos individualistas de produção e sua família autoritária encontravam eco dos seus interesses na ideologia da “família grande”, tão defendida e protegida pelo movimento nacional-socialista.

As famílias da classe média também costumavam ter como fator muito presente, segundo Reich, as noções de honra e dever, advindas das atitudes moralistas típicas das famílias patriarcais autoritárias.

Estes fatores teriam aberto o caminho para a que a ideologia imperialista do nazismo fosse absorvida pelas classes médias. Estas classes podiam se reconhecer no regime nacional-socialista, ele satisfazia a necessidade de autoridade, oferecia segurança e proteção, assumia para si a responsabilidade que os alemães não estavam dispostos a ter.

Na psicologia de massas, o *führer* nacionalista é a personificação da nação. E só se estabelece uma ligação pessoal com esse *führer* se ele realmente encarnar a nação em conformidade com o sentimento nacional das massas. Se ele souber como despertar os laços afetivos da família, nos indivíduos das massas, ele será também uma figura do pai autoritário. Ele atrai todas as atitudes emocionais que foram num dado momento devidas ao pai, severo mas também protetor e poderoso (poderoso na visão da criança). (Ibid, p. 59).

A necessidade infantil da proteção do pai, transposta para a realidade social, seria a necessidade das massas populares da proteção de alguém como um ditador.

Da mesma maneira que os funcionários da classe média se identificam com a autoridade, com a empresa em que trabalham ou com a nação, os indivíduos das massas também se identificam, segundo Reich, com o *führer*. A educação imposta pela família patriarcal autoritária teria tornado os indivíduos desamparados, e quanto maior este desamparo maior seria a identificação com o *führer*, ou seja, mais a necessidade infantil de proteção seria disfarçada sob a forma de um sentimento em relação ao *führer*. Além disso, o “indivíduo reacionário da classe média baixa descobre-se no *führer*, no Estado autoritário. Devido a esta identificação, sente-se defensor da ‘herança nacional’, da ‘nação’[...]”. (Ibid, p. 60).

A exaltação da idéia de ter um *führer* brilhante e de pertencer a uma raça superior era o bastante para encobrir sua situação material miserável, impedia os indivíduos de perceberem o quanto estavam reduzidos a uma situação de submissão. Na interpretação de Maria Rita Kehl, Reich está se referindo às massas modernas

formadas por indivíduos desamparados e isolados, submetidos ao risco de uma existência solitária e supérflua. Estes seriam os ‘homens de ressentimento’, prontos a compensar seu sentimento de inferioridade e seu medo à liberdade pela adesão a um líder autoritário ou mesmo a uma ordem totalitária”. (op. cit., p. 221, n. 20).

O patriarcado, para Reich, seria o grande responsável por criar nas pessoas o que ele chama de “peste emocional”¹³. Segundo o autor é esta “peste” que permite que as massas

¹³ Esta peste é definida pelo autor como uma doença que se manifesta na vida social, que é inculcada na criança desde os seus primeiros dias de vida. Ela se caracteriza como um “comportamento humano que, com base numa estrutura de caráter biopática, age de maneira organizada ou típica em relações interpessoais, isto é, sociais, e

sejam moldadas, que se tornem inconscientes e capazes de se adaptar a qualquer tipo de poder. Os vários anos de repressão provocada pelo patriarcado seriam, portanto, responsáveis pela incapacidade de experiência da liberdade encontrada nas massas, bem como pelo seu lado apático e acrítico.

É esta repressão que produz o caráter irracional da estrutura das massas humanas, o qual, segundo Reich, resultaria no fascismo. Este irracionalismo pode ser entendido como medo das responsabilidades sociais, tal medo é que teria feito as massas aceitarem que a responsabilidade repousasse nas mãos de um ditador como Hitler, figura de um homem forte.

Mas na Alemanha também havia um intenso trabalho de esclarecimento do operariado levado a cabo por organizações revolucionárias. Isto nos leva a perguntar por que mesmo assim os trabalhadores não perceberam que o fascismo prometia tudo a todos, e que Hitler, por exemplo, recebia dinheiro dos industriais em troca da promessa de proibir greves. A resposta dada por Reich é que foi a estrutura psicológica dos trabalhadores que os impediram de ver tal contradição. Isto porque os elementos revolucionários presentes nesta estrutura psíquica ainda estavam por se desenvolver; além disso, eles também iam ao encontro de elementos reacionários inculcados desde cedo pela tradição patriarcal.

Segundo Hitler, a humanidade era dividida em três raças: as fundadoras da civilização, as portadoras da civilização e as destruidoras da civilização. A única raça fundadora de uma civilização seria a ariana, as outras teriam se limitado a absorvê-la, adaptando-a a novas formas. Já os judeus seriam uma raça destruidora de civilizações. Desse modo,

o ariano, como conquistador, tinha subjogado as raças humanas inferiores, regulando depois a sua atividade sob as suas ordens, de acordo com a sua vontade e para os seus próprios fins. Mas, logo que os vencidos começaram a utilizar a língua e a adotar o estilo dos “senhores”, e a nítida demarcação entre senhores e escravos se apagou, o ariano renunciou à pureza do seu sangue e perdeu o “seu lugar no paraíso”. Desta maneira perdeu também seu gênio cultural. (REICH, 2001, p. 73).

Com esta idéia em mente, o que Hitler representou para os alemães, nas palavras de Reich, foi o “florescimento da civilização”. E assim o foi porque a teoria racial fascista e a ideologia imperialista coincidem com os objetivos imperialistas de uma classe dominante,

em instituições”. (REICH, 2004, p.464). A fonte de energia da peste emocional seria a frustração sexual. A pessoa acometida pela peste impõe à força seu modo de vida aos outros, acreditando que estão fazendo isso por um bom propósito. A peste, portanto, proporcionaria às pessoas a honra de serem “defensoras” de algo. O misticismo, o moralismo e a autoridade seriam bons exemplos de manifestação da peste emocional.

que acreditava solucionar dificuldades de natureza econômica invocando a idéia de uma grande nação soberana. Esta teria sido uma base social na qual tal ideologia pôde apoiar-se.

A estrutura do fascismo caracteriza-se pelo pensamento metafísico, fé não-ortodoxa, obsessão por ideais éticos abstratos e fé na predestinação divina do *führer*. Estas características estão associadas a um estrato mais profundo, que se caracteriza por uma forte ligação autoritária a um *führer* ideal ou à nação. A crença numa “raça de senhores” foi a mola mais poderosa, tanto para a ligação das massas nacional-socialistas ao *führer* como o fundamento da sua aceitação voluntária da escravidão. Além disso, desempenha um papel decisivo a forte identificação com o *führer*, a qual serve para dissimular a situação real como um insignificante membro da massa. Apesar da sua vassalagem, cada nacional-socialista sente-se um “pequeno Hitler”. (Ibid, p. 76).

A ideologia fascista transmitia a idéia de que a ascensão e a decadência dos povos estavam associadas à sua raça, isto ajuda a compreender o seu alcance político e os efeitos psicológicos que exerceu sobre as massas. Neste sentido, tendo em mente que produzir efeitos psicológicos era um objetivo, percebe-se que na propaganda nacional-socialista não se lidava com processos de natureza econômica, mas com estruturas humanas. O contágio místico teria sido, assim, o mais importante pré-requisito psicológico para a absorção da ideologia fascista pelas massas.

Já foi dito que, para Reich, os sentimentos nacionalistas são um prolongamento direto dos sentimentos da família autoritária. No entanto, “também o sentimento místico é fonte da ideologia nacionalista. As concepções místicas e as atitudes da família patriarcal são, portanto, na psicologia de massas, os elementos básicos do nacionalismo fascista e imperialista”. (Ibid, p. 124).

Conclui-se assim que, para o autor, a família, a Igreja e também a escola, ao ajudar a transmitir uma educação mística e autoritária, são instituições que abrem o caminho para a formação de um Estado autoritário. Este, por sua vez, passa a controlar e explorar estas instituições como meio de prender a juventude ao seu sistema e à sua ideologia, além de usar todo o seu aparelho de poder para mantê-las intactas.

Já Elias, como foi visto até aqui, recorre à tradição política da Alemanha para explicar a estrutura da personalidade dos alemães. Para ele,

por causa do período particularmente extenso de regimes mais ou menos absolutos e autocráticos, somado ao código convencional de comando e obediência, a estrutura da personalidade da população dos Estados alemães estava preponderantemente adaptada para uma ordem social estritamente autocrática e hierárquica. (ELIAS, 1997, p. 73).

A unificação da Alemanha, em 1871, e sua decorrente ascensão à categoria de potência européia, foram obtidas através de vitórias militares sobre Estados rivais, comandadas pela aristocracia. A burguesia, que exercia um papel político secundário, após estas vitórias passou a adotar os valores aristocráticos, ou seja, os valores de uma classe com forte tradição guerreira. Os valores militares dos círculos aristocráticos eram representados por símbolos conceituais como coragem, obediência, honra, disciplina e lealdade, que geralmente faziam parte de uma longa tradição familiar. Quando este código foi adotado pela burguesia ele passou por uma transformação. O que era uma tradição, uma alta avaliação, segundo Elias, predominantemente ingênua de valores guerreiros, passou a ser cultivado de modo muito mais consciente. O que era um padrão de comportamento vinculado à tradição e relativamente pouco refletido teria se tornado uma doutrina explicitamente formulada e fortalecida pela reflexão.

Nas palavras de Elias, “uma vez que os anseios de unificação tinham sido realizados através de guerras vitoriosas sob a liderança militar da aristocracia, foi aduzida a conclusão de que guerra e violência também eram bons e esplêndidos instrumentos políticos.” (Ibid, p.167).

Isto explica porque, na Alemanha, tipos de relações que sempre foram característicos de sociedades guerreiras persistiram no século XX como sinal de pertença ao *establishment*¹⁴. Elias menciona que na maioria das sociedades a estrutura da personalidade passou por uma transformação civilizadora, fruto da unificação estatal, orientada para a pacificação das pessoas como indivíduos, tendo os mesmos desenvolvido uma certa relutância, ou mesmo aversão, em relação ao uso de violência física. Este seria um processo pelo qual os alemães não teriam passado.

Isso acabou por gerar modelos de violência socialmente sancionados, o que, para Elias, exerceu forte contribuição para a ascensão de Hitler e do movimento nacional socialista. Ameaças ostensivas e o uso sistemático de violência física não eram vistos com maus olhos em uma sociedade em que muitas pessoas ainda manifestavam desdém por formas não-violentas de ação política. Segundo o autor talvez fossem necessárias três ou quatro gerações para que as estruturas de personalidade dos alemães se adaptassem com êxito à formas não-violentas de disputas partidárias, como, por exemplo, a oferecida por um regime parlamentar.

¹⁴ Elias define um *establishment* como “um grupo que se autopercebe e que é reconhecido como uma ‘boa sociedade’, mais poderosa e melhor, uma identidade social construída a partir de uma combinação singular de tradição, autoridade e influência...” (ELIAS, 1999, p.7)

De acordo com Elias, o comportamento e o sentimento dos alemães em suas relações mútuas estavam impregnados por modelos do Estado autoritário. Resta saber qual era o papel desempenhado, nessa estrutura, pelo homem no topo. Foi em 1918, com a eminente derrota na Primeira Guerra Mundial, que se deu o fim do domínio absolutista e, conseqüentemente, o Kaiser foi abdicado, sendo instaurada a República de Weimar. Até então o Kaiser/Rei exercia as funções de um soberano absoluto, e com o seu desaparecimento os alemães se encontraram pela primeira vez, repentinamente, diante da tarefa de decidir.

Uma antipatia por regimes parlamentares já era presente e bastante forte entre os alemães, some-se a isso o fato de a transição do regime do Kaiser/Rei para a República de Weimar ter ocorrido com uma derrota na guerra. Isso veio contribuir para o cenário de ressentimento ao qual Hitler deve, ao menos em parte, a sua ascensão.

A reação desses alemães era, ao mesmo tempo, uma expressão do fato de que, de súbito, uma figura central na cena social com quem a estrutura da personalidade deles estava sintonizada já não estava mais ali. O seu lugar fora tomado por figuras que não correspondiam nem à estrutura da personalidade nem ao tipo de código de comportamento que eram os deles. (Ibid, p. 260).

O Kaiser ofereceria assim, uma satisfação emocional representada simbolicamente por uma figura protetora, como a do pai ou da mãe. Por isso, desde os primeiros momentos da república, muitas pessoas manifestaram o desejo de ver um homem no topo, alguém que tomasse as decisões e desse as ordens.

A imagem que os alemães tinham de si mesmos era bastante afetada pela “impotência multissecular” de seu país. O efeito cumulativo da série de derrotas e conseqüentes perdas de poder presentes na história da Alemanha teria dado vazão, segundo Elias, a um abalado orgulho nacional.

As experiências cumulativas de fragmentação e a correspondente auto-imagem dos alemães como pessoas incapazes de conviver sem discórdia e conflitos também encontram expressão no anseio nostálgico de um soberano, de um monarca, de um líder forte que fosse capaz de as levar à unidade e ao consenso. [...] Mas, em conjunto com outros padrões persistentes da tradição alemã de crenças e atitudes, eles prepararam o terreno para uma predisposição a reagir, de um modo específico, à experiência traumática de fragmentação – o sentimento, que se afirmou repetidas vezes, de que a disposição natural dos alemães significa estarem eles destinados a permanecer desunidos, a menos que um homem forte – um Kaiser ou um Führer – surja e seja capaz de protegê-los de si mesmos, não menos que de seus inimigos. (Ibid, pp. 283-284).

Esta auto-imagem enfraquecida, somada ao desejo de fazer parte de um Estado forte, ajudam a compreender a tendência dos alemães, em tempos de emergência nacional, a submeterem-se a uma disciplina e regras extremamente rigorosas, quando impostas em nome da Alemanha. Esta obediência era total, sendo considerada inclusive um dever nacional. Se aos alemães fosse dada a ordem de destruir os outros, eles tinham que ser destruídos, se a exigência fosse o sacrifício da própria vida, a pessoa tinha que morrer. Quanto mais fracos e inseguros ficavam frente a iminência do declínio, mais forte se tornava o sentimento de que estavam lutando por sua supremacia, maior se tornava a possibilidade da destruição de padrões civilizados de comportamento. Até a poesia e canções alemãs eram repletas de alusões à morte e à abnegação.

Em tais circunstâncias, voltam-se repetidamente para líderes que erguem diante deles a imagem de sua superior grandeza, que se valem deles em nome de seus valores superiores e os conclamam a resistir à ameaça, a lutar por sua superioridade coletiva e pelos ideais que a acompanham. [...] Como animais ferozes, nações poderosas ou outras poderosas formações sociais tornam-se perigosas ao máximo quando se sentem acossadas – quando farejam que o equilíbrio de forças lhes está sendo desfavorável, que os recursos de poder de rivais e inimigos potenciais estão ficando maiores que os deles, que seus valores estão ameaçados e sua superioridade dissipando-se. (Ibid, p. 321).

Para os alemães, desacostumados que eram a se envolver em questões políticas, era como se apenas os governantes tivessem condições de erguê-los de sua insignificância em relação a outras potências. Hitler, ao prometer a transformação da Alemanha em um Estado realmente forte, fez com que a abnegação e submissão dos indivíduos parecessem algo compensador. Nessa estrutura estatal, segundo Elias, o comando pelo Führer teria ocupado o lugar da consciência pessoal em todos os assuntos políticos.

A análise feita por Elias mostra que os alemães sempre tiveram uma consciência pessoal bastante fraca, e sobretudo durante o curto tempo de existência do regime republicano, enquanto a Alemanha ainda era um Estado de direito, os indivíduos necessitados de apoio do Estado para o funcionamento da sua própria consciência recebiam dele instruções e modelos baseados em padrões razoavelmente desenvolvidos de decência e honestidade humana. Quando a Alemanha passou a ser governada por um chefe de Estado que encorajava o que antes era visto como tendências associadas e criminosas os alemães não tinham uma consciência pessoal forte e independente o bastante para que agissem por iniciativa própria. Além disso, a propaganda e as técnicas de educação utilizadas pelos nacional-socialistas foram bastante eficientes em manter esta situação; eram empregadas a

fim de assegurar a absoluta lealdade da massa do povo ao Estado, serviam para reforçar as características de uma estrutura da personalidade que tornou a regulamentação do comportamento individual cada vez mais dependente da regulamentação pelo Estado. Desse modo a figura do chefe de Estado poderia ser internalizada pelos indivíduos como parte de sua própria consciência.

O que Elias tenta mostrar é que esta crença no Führer e o poder que isso exerceu sobre as massas

Baseiam-se, essencialmente, nas simples necessidades de pessoas simples, cuja impotência em face dos grandes eventos da política mundial fizeram-nas acudir a alguém que, na imaginação delas, tinha a aura de um salvador, cujos atributos e características ajustavam-se às suas necessidades e que, fortalecidas por uma maquinaria de coerção externa, facilitou-lhes realizarem todos os esforços e sacrifícios [...]. (Ibid, p. 345).

É compreensível que numa nação onde formas de crença, consciência e ideais são tradicionalmente rigorosas e autoritárias as pessoas se voltem para líderes com características semelhantes.

No que se refere a este assunto são dois os principais pontos de convergência entre Elias e Reich. O primeiro diz respeito a forte relação entre a personalidade do Führer e estrutura social à qual os indivíduos estão adaptados; já o segundo remete à questão da consciência, ou, antes, da formação de uma consciência pessoal enfraquecida proporcionada por regimes autoritários.

CONCLUSÃO

De acordo com a hipótese apresentada inicialmente, pode-se concluir que tanto Wilhelm Reich como Norbert Elias apontam uma relação entre estrutura social e estrutura psíquica, de forma que ambas se reforçam mutuamente.

Os autores também atentam para o fato de que foi a estrutura da personalidade dos alemães que tornou possível a ascensão do movimento nacional-socialista. Isto não significa, como foi muito bem explorado por Arendt, que os alemães fossem “maus” e cruéis por natureza, mas que estavam predispostos, em consequência da tradição a que sempre estiveram submetidos, a aceitarem ordens que viessem em nome da recuperação da Alemanha e da sua posição de grande potência.

Tradição talvez seja a palavra mais adequada para explicar o comportamento alemão frente ao movimento nacional-socialista, seja ela familiar, política ou religiosa. Foi esta combinação de tradições, somada à habilidade da propaganda nacional-socialista em lidar com as fraquezas dos alemães que os tornou propensos à submissão, capazes de aceitar a figura de Hitler como complemento e representação de sua própria consciência.

É possível dizer que a propaganda nacional-socialista, bem como os discursos de Hitler, tinham a capacidade de “seduzir” os alemães. Segundo Maria Rita Kehl, a sedução cria uma situação propícia ao ressentimento e o seduzido, por seu lado, não sente que agiu por conta do seu desejo, mas por efeito dos poderes de encantamento do sedutor. O seduzido seria então, por definição, “inocente”.

Eichmann combina bem várias das características analisadas por Elias e Reich, que seriam definidoras da “personalidade alemã” que criou as condições para a ascensão do nacional-socialismo. O sentimento que ele expressou, com o final da guerra, era mais de tristeza pela falta de uma autoridade a quem obedecer do que pela derrota da Alemanha:

“Eu senti que teria de viver uma vida individual e difícil sem um líder; eu não receberia diretriz alguma de quem quer que fosse; nenhuma ordem de comando ser-me-ia mais dirigida; não haveria mais regras apropriadas para serem consultadas – em resumo, uma vida nunca anteriormente conhecida, estendia-se à minha frente.” (ARENDR, op. cit., p. 48).

Eichmann nutria profunda admiração por Hitler, a ponto de considerar o fato dele ter ascendido de cabo do exército a führer de quase oitenta milhões de pessoas motivo suficiente para submeter-se a ele. O que não se pode saber é se esta admiração era maior do que a ânsia de continuar sendo um cidadão temente às leis do Terceiro Reich. Eichmann, como toda a

massa de alemães estudada por Reich e Elias, estava dominado por um Estado altamente burocrático, sua mentalidade era guiada pela propaganda oficial, por isso ele sentia que apenas cumpria o seu dever.

Como Eichmann, segundo Arendt, não “pensava”, também não corria o risco de encarar seus próprios atos, apegando-se a ordens que “obedeceu com diligência”. Ele apenas agia de acordo com as regras, não precisava recorrer à sua consciência. Isto exemplifica muito bem o que Reich e Elias chamaram de “fraca consciência individual”, resultante da falta de costume de tomar decisões que acarretassem responsabilizar-se por seus próprios atos. Além disso, Eichmann sabia que havia várias lideranças interessadas em resolver o problema da “Solução Final”, o que o fez, de acordo com suas próprias palavras, experimentar uma sensação de Pôncio Pilatos, ou seja, sentir-se livre de qualquer culpa. Afinal, se eram grandes homens que estavam tomando as decisões sobre este assunto, quem era ele para julgar ou ter suas próprias idéias? O fato de não haver ninguém contra a tal solução serviu de poderoso alívio para a consciência de Eichmann.

Elias e Reich apresentam muito mais convergências do que divergências, muito embora privilegiem âmbitos diferentes em suas análises. Se Reich trabalha com a noção de estrutura de “caráter” para explicar o nazismo, Elias recorre à de *habitus*. Ambos os conceitos remetem à personalidade, no sentido de algo que está em constante processo de construção e “adaptação” pelo meio social, que agrega as instituições já mencionadas.

Outro ponto em comum é a importância atribuída ao sistema de crenças, que aqui seria do grupo dominante. Ambos alertam que é um erro considerá-las como secundárias no estudo do nazismo, uma vez que as crenças teriam sido uma forte arma de manipulação da sociedade. Isto não significa que os autores deixem de lado outras questões como, por exemplo, a crise econômica que se abateu sobre a Alemanha em 1929. A questão é que não se deve olhar para apenas uma direção, mas sempre para um conjunto de acontecimentos.

A identificação com a autoridade é outro aspecto, decorrente da tradição, que Elias e Reich analisam. Dela se teriam originado a relação de dependência da autoridade, levando à submissão e ao desenvolvimento de uma fraca consciência individual, tornando por fim confortável a relação estabelecida entre governantes e governados, ou entre os que teriam a responsabilidade pelas ações e os que não a teriam. Como ilustra o caso de Eichmann. A submissão traria como recompensa uma sensação de proteção e segurança.

Já no que diz respeito as divergências, reconheço uma que, para mim, é de maior importância e visibilidade no trabalho dos dois: o enfoque de um na família patriarcal e do

outro na tradição absolutista. Mas isto, na verdade, acaba tornando o trabalho mais interessante, ao proporcionar perspectivas diferentes, que de nenhum modo precisam ser analisadas em separado.

Gostaria de apontar também o que para mim se apresentou como uma falha em ambos os autores. Nenhum deles trabalha com a resistência que os alemães possam ter oferecido ao regime nacional-socialista. Isto até poderia ser explicado pelo fato de ambos estarem tratando de uma “massa” de pessoas, e não de pequenos grupos, mas a simples existência desses grupos, na minha opinião, deveria ser considerada (apesar de admitirem que existem inúmeras variações da estrutura da personalidade sobre um padrão nacional comum).

É claro que este trabalho não encerra muito menos esgota tudo o que pode ser problematizado sobre o tema. Como foi exposto no início, ele se propôs contemplar apenas a dimensão que se refere à relação entre estrutura social e estrutura psíquica. Novas questões podem ser suscitadas e exploradas, e espero que realmente o sejam, a fim de promover uma maior aproximação e diálogo entre estes dois autores que, apesar de áreas distintas, estão, em vários aspectos, bastante próximos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARENDDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Diagrama & Texto, 1983.
- ELIAS, Norbert. *Os Alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.
- ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L. *Os Estabelecidos e os Outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
- KEHL, Maria R. *Ressentimento*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.
- MANNHEIM, Karl. “O Pensamento Conservador”. In. MARTINS, José de Souza. *Introdução Crítica à Sociologia Rural*. São Paulo: Editora Hucitec, 1986.
- REICH, Wilhelm. *Psicologia de massas do fascismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- REICH, Wilhelm. *Análise do caráter*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.